

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**ATIVOS BIOLÓGICOS NAS COMPANHIAS
ABERTAS NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A
CONFORMIDADE COM O CPC 29 ENTRE 2013 E 2016**

RICARDO CALDERARO BATISTA FILHO

Matrícula: 114050806

ORIENTADOR: Professor Dilo Sérgio de Carvalho Vianna

JUNHO DE 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**ATIVOS BIOLÓGICOS NAS COMPANHIAS
ABERTAS NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A
CONFORMIDADE COM O CPC 29 ENTRE 2013 E 2016**

RICARDO CALDERARO BATISTA FILHO

Matrícula: 114050806

ORIENTADOR: Professor Dilo Sérgio de Carvalho Vianna

JUNHO DE 2018

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

Dedico este trabalho à minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro por me fornecer conhecimentos técnicos e teóricos de valor imensurável e imprescindíveis para o exercício da minha profissão. Agradeço à minha família e a todos meus professores, em especial, ao Professor Dilo Vianna, que aceitou me orientar.

RESUMO

Nos últimos anos, as tendências internacionais de convergência das normas contábeis trouxeram para o cenário da Contabilidade as recomendações do IASB, culminando na criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, órgão nacional que visa uniformizar as demonstrações contábeis das empresas nacionais, orientando-as e direcionando-as neste sentido por meio de suas recomendações. As entidades que desejam entregar aos seus *stakeholders* informações contábeis úteis, relevantes e comparáveis devem procurar se adequar a estes novos modelos. Esse estudo comparou as demonstrações contábeis de empresas de capital aberto que declararam possuir ativos biológicos e analisou o nível de conformidade desses documentos com as recomendações do CPC 29, comparando seus resultados referentes aos anos de 2013 e 2016. Esta é uma pesquisa descritiva e documental. Como procedimento de coleta de dados, optou-se pela elaboração de *checklists*, um para cada ano da análise, por meio dos quais foram examinadas as demonstrações contábeis da amostra, buscando verificar a conformidade ou não de determinados aspectos propostos pelo CPC 29. A pesquisa concluiu que o nível de conformidade geral dessas demonstrações se elevou de, aproximadamente, 75% para 78% de 2013 para 2016. Esse número parece indicar que tais entidades estão mais atentas e interessadas em alinhar suas demonstrações contábeis às recomendações do CPC 29.

ABSTRACT

In recent years, international accounting convergence trends have brought the IASB recommendations into the accounting scenario, culminating in the creation of the “*Comitê de Pronunciamentos Contábeis*”, a Brazilian national body that aims to standardize the financial statements of Brazilian companies, guiding them and directing them, in this regard through its recommendations. Entities that wish to deliver to their stakeholders useful, relevant and comparable accounting information should seek to fit into these new models. This study compared the financial statements of listed companies that declared that they had biological assets and analyzed the level of compliance of these documents with the recommendations of CPC 29, comparing their results between 2013 and 2016. This is a descriptive and documentary research. As a data collection procedure, it was decided to prepare checklists, one for each year of the analysis, through which the financial statements of the sample were examined, seeking to verify the conformity or not of certain aspects proposed by CPC 29. The research concluded that the overall compliance level of these statements has risen from

approximately 75% to 78% from 2013 to 2016. This number seems to indicate that such entities are more attentive and interested in aligning their financial statements with the CPC recommendations.

SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPC 07	Pronunciamento Técnico CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais
CPC 29	Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola
CPC 46	Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FACC	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	09
1.1	PROBLEMA DA PESQUISA.....	10
1.2	OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS.....	10
1.3	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	10
1.4	DELIMITAÇÕES DO TRABALHO.....	11
1.5	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	11
2	PLATAFORMA TEÓRICA.....	12
2.1	PESQUISAS ANTERIORES.....	12
2.2	ATIVOS BIOLÓGICOS.....	13
2.3	COMPANHIAS ABERTAS.....	14
3	METODOLOGIA.....	16
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	16
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	16
3.3	COLETA DE DADOS.....	17
3.4	METODOLOGIA ESTATÍSTICA.....	21
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	22
4.1	ANÁLISE POR BLOCOS.....	23
4.2	ANÁLISE POR SETORES.....	25
5	CONCLUSÃO.....	29
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a contabilidade brasileira vem passando por um processo de convergência para com as normas e tendências dos padrões de contabilidade internacional, com o intuito de entregar informações contábeis mais úteis aos *stakeholders*. Tal processo é refletido na publicação das leis 11.638/07 (BRASIL, 2007) e 11.941/09 (BRASIL, 2009) e,

sobretudo, pela criação em 2005 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão nacional que tem por objetivos:

O estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (Resolução CFC nº [1.055/05](#)).

O principal parâmetro do CPC para alcançar e acompanhar as normas internacionais são os padrões estabelecidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), o antigo *International Accounting Standards Committee* (IASC). Dentre os pronunciamentos desse órgão está o IAS 41 – Agriculture, que serviu como base para que, em 2009, o CPC emitisse o pronunciamento técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola (CPC, 2009).

De acordo com o CPC 29, ativo biológico é qualquer animal ou planta vivos, como exemplo: plantas, arbustos, videiras, carneiros, porcos, entre outros (CPC, 2009).

No Brasil, no período anterior ao CPC 29, tradicionalmente, os ativos biológicos eram contabilizados com base no seu custo histórico ou custo de formação, embasado nos princípios fundamentais de contabilidade. Entretanto, após o pronunciamento contábil, as empresas de capital aberto passaram a mensurar os ativos biológicos pelo valor justo menos os custos de venda (FIORAVANTE *et al. apud* MACEDO, *et al.*, 2015).

Dentre as companhias brasileiras de capital aberto que indicaram possuir ativos biológicos em suas demonstrações financeiras e, portanto, sujeitas a seguir as orientações propostas pelo CPC 29, encontram-se organizações com atividades-fim voltadas para diversas áreas, de bancos a frigoríficos, de madeireiras a siderúrgicas.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

A conjuntura formada pela emissão do CPC 29 em nosso país fomentou o seguinte questionamento: comparando os anos de 2013 e 2016, qual foi a variação do nível de conformidade das divulgações dos ativos biológicos nas demonstrações financeiras de companhias de capital aberto?

1.2 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Este estudo tem como objetivo geral mensurar o grau de variação da conformidade das divulgações dos ativos biológicos com as proposições técnicas do CPC 29 e para isso, buscou comparar as demonstrações financeiras de 2013 (por meio de uma análise prévia realizada por Macedo, V. M. *et al.* em 2015, em uma pesquisa denominada “Ativos Biológicos nas Companhias Abertas no Brasil”) e de 2016 das companhias abertas que declararam possuir ativos biológicos.

Neste estudo, entende-se por companhias abertas as sociedades anônimas cujas ações são negociadas na Bolsa de Valores ou nos mercados de balcão.

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A relevância desse estudo deve-se ao fato de analisar e permitir visualizar como as companhias abertas estão divulgando os seus ativos biológicos, identificando peculiaridades de companhias do setor e a forma de avaliação dos negócios sob o ponto de vista contábil.

A relevância de pesquisas como essa já foi explicitada em diversos outros estudos anteriores que abordaram o tema e que deixaram, em virtude de suas limitações, lacunas que podem ser preenchidas por meio de outros estudos. Os artigos de Wanderley, C. A. N. *et al.* (2012), e de Silva R. L. M. *et al.* (2015) já haviam indicado que outros estudos deveriam atualizar os dados referentes ao impacto do CPC 29 nas demonstrações contábeis de companhias brasileiras. Nessa pesquisa, optou-se por seguir as sugestões de atualização indicadas por Macedo, V. M. *et al.* em seu artigo de 2015.

A pesquisa obtém ainda mais importância no momento em que se leva em consideração a importância de tais entidades na economia nacional, tendo em vista que a agropecuária é responsável por mais de 6% do PIB nacional (CEPEA, 2015) e por considerável parcela das exportações brasileiras.

1.4 DELIMITAÇÕES DO TRABALHO

Neste estudo, optou-se por limitar a pesquisa às demonstrações contábeis de companhias abertas de 2013 e de 2016. A opção por companhias abertas deve-se à maior

facilidade de acesso às suas informações contábeis. A escolha dos anos comparados (2013 e 2016) também pode ser justificada pela facilidade de acesso.

Além disso, as informações disponíveis nas demonstrações contábeis de companhias abertas possuem elevado grau de confiabilidade, em virtude do fato de terem preenchido os pré-requisitos impostos pela CVM, inclusive a exigência de auditoria externa, conforme Lei 6.404/76 (BRASIL, 1976). Tais pré-requisitos garantem que as informações divulgadas possuam mais credibilidade, transparência e comparabilidade.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Para atingir o seu objetivo, esse trabalho apresenta, na sequência direta desta introdução, a plataforma teórica, a metodologia, a análise dos dados, a conclusão e as referências.

A plataforma teórica está organizada em três seções. Na seção 2.1, são apresentadas as pesquisas anteriores relevantes, expondo suas conclusões e sugestões para estudos futuros. As seções 2.2, que aborda os ativos biológicos, e 2.3, que aborda as companhias abertas, apresentam conceitos e a contextualização necessários ao desenvolvimento da pesquisa.

A metodologia se organiza em quatro seções. Durante a metodologia, a pesquisa é classificada e a amostra é definida. Em seguida, abordam-se os procedimentos para a coleta dos dados e a metodologia estatística.

A análise dos dados apresenta, além da análise geral, análises da amostra por blocos e também por setores.

2 PLATAFORMA TEÓRICA

Neste capítulo, são apresentados conceitos, teorias e informações relevantes intimamente relacionados às questões levantadas pela pesquisa. Tais informações são o sustentáculo teórico sobre o qual este estudo se apoia.

Na seguinte ordem são apresentados as pesquisas anteriores, os ativos biológicos e as companhias abertas.

2.1 PESQUISAS ANTERIORES

Diversos autores já pesquisaram e analisaram os impactos do CPC 29 e dos ativos biológicos sobre as demonstrações financeiras das companhias brasileiras.

A pesquisa de Wanderley *et al* (2012) avaliou o grau de observância das disposições do CPC 29 pelas companhias JBS, BRF e Mafrig. Concluíram que JBS e Mafrig optaram por uma evidenciação apenas parcial das exigências do CPC 29 e sugeriram que estudos futuros atualizassem os dados recolhidos, analisando as demonstrações da JBS e Mafrig de 2011 em diante.

O artigo de Silva Filho *et al* (2013) avaliou a relevância da adoção do *fair value* para mensuração dos ativos biológicos, analisando seus reflexos sobre o patrimônio líquido. Concluíram que a adoção do valor justo causou mudanças significativas no saldo dos ativos biológicos, que por sua vez impactou, significativamente, o PL das companhias. Os pesquisadores sugeriram que futuros estudos procurassem analisar o impacto da adoção do *fair value* para mensuração de outros grupos de ativos, como propriedades para investimento, sobre o patrimônio líquido das companhias.

Silva *et al* (2013) analisaram, em separado, os índices de conformidade das divulgações de companhias abertas e fechadas com as prerrogativas do CPC 29. Concluíram que, tanto as companhias abertas quanto as fechadas, atenderam apenas parcialmente aos requisitos do CPC 29, não havendo grandes diferenças em termos de divulgação entre os dois grupos. Como proposta de estudos futuros, os pesquisadores sugeriram que se investigasse o impacto da adoção do CPC 29 no gerenciamento do resultado de companhias brasileiras.

A pesquisa de Silva *et al* (2015) verificou a existência de evidências quanto a possíveis gerenciamentos de resultados entre companhias que adotaram o valor justo com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando a aderência ao CPC 29 na análise. Chegaram à conclusão de que o modelo ideal de mensuração de ativos biológicos é o do custo. Os autores sugeriram que a pesquisa fosse replicada utilizando um horizonte temporal mais amplo para a análise.

A leitura dessas pesquisas, cada uma com suas próprias limitações, permitiu identificar que os autores, de modo geral, possuem uma expectativa de que os resultados de suas pesquisas sejam atualizados e expandidos.

A pergunta desta pesquisa foi levantada por Macedo *et al* (2015), em uma pesquisa chamada “Ativos Biológicos nas Companhias Abertas no Brasil”, cujos autores sugeriram que pesquisas futuras atualizassem os resultados encontrados. Neste trabalho, os autores buscaram nas empresas brasileiras que possuem ativos biológicos o nível de conformidade com o CPC 29. Concluíram que a média de conformidade das empresas com o CPC 29 é de 74,68%.

2.2 ATIVOS BIOLÓGICOS

Como já mencionado anteriormente, ativo biológico é qualquer animal ou planta vivos, como exemplo: plantas, arbustos, videiras, carneiros, porcos, entre outros (CPC, 2009).

Há uma demanda crescente no âmbito do agronegócio por maior eficiência nos processos produtivos. Tal demanda deixa evidente a necessidade de um sistema de controle que forneça as informações essenciais para o entendimento e aperfeiçoamento das atividades das empresas desse setor (CALLADO *apud* WANDERLEY, C. A. N. *et al.*, 2012, p. 55).

A forma de mensuração dos ativos biológicos desencadeou debates, tanto no meio acadêmico brasileiro, quanto no internacional. Anteriormente, o método mais aceito de mensuração era a adoção do custo histórico. Segundo Kam (1986), “o custo histórico representa o registro dos ativos por seus valores de aquisição. Portanto, os ativos são mensurados pelos valores efetivamente pagos, tendo, assim, uma relação direta com o Fluxo de Caixa” (KAM *apud* SILVA FILHO, *et al.*, 2013, p.113).

Tal entendimento, contudo, foi sofrendo contestações ao longo do tempo, pois “o valor pode deixar de ter representatividade com o passar do tempo, seja pela alteração na expectativa de benefícios econômicos futuros, seja por causa da redução da vida útil do ativo ou ainda pela obsolescência” (IUDÍCIBUS *apud* SILVA FILHO *et al.*, 2013, p.113).

Mais recentemente, as tendências de convergência internacional da contabilidade trouxeram nova luz ao cenário da contabilidade brasileira, apresentando novos conceitos de mensuração, buscando criar demonstrações contábeis que sempre apresentem representações fidedignas e livres de erro da situação patrimonial das entidades.

Entre esses conceitos, encontra-se o valor justo. O CPC 46, relacionado ao IFRS 13, define valor justo como o “preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração” (SILVA FILHO *et al.*, 2013, p.113).

Sob essa conjuntura, o CPC 29 veio à tona. “Com a aprovação do pronunciamento CPC 29, em setembro de 2009, a base de mensuração dos ativos biológicos e produtos agrícolas passou de custo histórico para *fair value*” (SILVA FILHO *et al.*, 2013, p.114).

O CPC 29 fornece diversas orientações sobre os procedimentos de divulgação dos ativos biológicos, inclusive para os casos nos quais o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável, bem como algumas especificidades referentes a entidades que possuem subvenção governamental. A subvenção governamental é definida pelo CPC 07 (2008) como “uma assistência governamental, geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade” (CPC, 2008).

Alguns autores, contudo, alertam para a subjetividade e possibilidade de gerenciamento de resultados nesse novo contexto, pois “ao se admitir a utilização do valor justo quando da inexistência de dados observáveis, confia-se ao gestor a responsabilidade de elaborar o fluxo de caixa descontado, deixando-lhe a possibilidade de ser mais ou menos conservador nas suas projeções” (SILVA *et al.*, 2015, p. 5)

2.3 COMPANHIAS ABERTAS

Conforme a Lei 6.404/76, uma sociedade anônima é aquela que tiver o capital dividido em ações, e cuja responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas (BRASIL, 1976).

Existem dois tipos de companhias, as companhias de capital fechado e as companhias de capital aberto. Como modo de diferenciá-las, entende-se, segundo a Lei 6.404/76, que uma “companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários” (BRASIL, 1976).

As companhias de capital aberto estão sujeitas as regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Para a Lei 6.404/76, “a Comissão de Valores Mobiliários poderá classificar as companhias abertas em categorias, segundo as espécies e classes dos valores mobiliários por ela emitidos negociados no mercado, e especificará as normas sobre companhias abertas aplicáveis a cada categoria” (BRASIL, 1976).

Geralmente, as companhias de capital aberto são aquelas que possuem maiores recursos e influência, tanto econômica, quanto social, em nosso país. Daí advém o foco deste estudo em tais entidades.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentadas, nesta ordem, a classificação da pesquisa, a população e a amostra, a coleta de dados e a metodologia estatística.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Esta é uma pesquisa descritiva e documental. Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois investiga a conformidade das informações contábeis divulgadas por companhias abertas com o CPC 29, isto é, analisando-o e extraindo informações. Trata-se também de uma pesquisa documental, pois as demonstrações contábeis podem ser consideradas fontes primárias.

Pesquisas descritivas “são usadas para obter informações sobre as características de um determinado problema, e, para isto, os dados podem ser resumidos por meio de técnicas estatísticas” (COLLIS; HUSSEY apud SILVA et al., 2013, p.35).

Já as pesquisas documentais podem ser vistas como “uma fonte informacional que permite subsidiar o entendimento dos resultados, além de corroborar evidências coletadas por outros instrumentos e fontes” (MARTINS; THEÓPHILO, apud SILVA et al., 2013, p.35).

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Neste estudo, optou-se em delimitar a amostra como as companhias brasileiras de capital aberto que declararam possuir ativos biológicos em suas demonstrações contábeis em 2013, conforme foram apontadas pela pesquisa de Macedo *et al* (2015).

As companhias brasileiras de capital aberto que divulgaram ativos biológicos em suas demonstrações financeiras de 2013, que compõem a amostra da pesquisa, são apresentadas a seguir no Quadro 1.

Quadro 1: Companhias Brasileiras Abertas que divulgaram Ativos Biológicos em 2013

Empresa	Setor
Biosev	Agro./Pesca
Brasilagro	Agro./Pesca
SLC Agrícola	Agro./Pesca
V-Agro (Terra Santa)	Agro./Pesca
BRF SA	Alim./Beb.
JBS	Alim./Beb.
Marfrig	Alim./Beb.

Minerva	Alim./Beb.
Sao Martinho	Alim./Beb.
Tereos	Alim./Beb.
Wlm Ind Com	Comercial
Celul Irani	Mad./Papel
Eucatex	Mad./Papel
Fibria	Mad./Papel
Klabin S/A	Mad./Papel
Suzano Papel	Mad./Papel
Itausa	Bancário
Trevisa	Transp. Hidr.
Ferbasa	Sider./Metal.

Fonte: Adaptado de Macedo, V. M. *et al.*, 2015.

3.3 COLETA DE DADOS

A origem dos dados da pesquisa são as demonstrações contábeis divulgadas pelas companhias da amostra. Para os dados das demonstrações de 2013, foram aproveitados os resultados da pesquisa de Macedo, V. M. *et al.* em 2015. Os dados de 2016, por sua vez, foram diretamente extraídos das demonstrações contábeis das companhias da amostra, obtidas no sítio eletrônico da CVM (<<http://www.cvm.gov.br/>>) em 22.04.2018.

Como procedimento de coleta de dados, optou-se pela elaboração de *checklists*, um para cada ano da análise, por meio dos quais foram examinadas as demonstrações contábeis da amostra, buscando verificar a conformidade ou não de determinados aspectos propostos pelo CPC 29.

Os dados dos *checklists* foram comparados de modo a determinar se o nível de conformidade com o CPC 29 cresceu, diminuiu ou manteve-se estável, considerando o quadro conjunto formado por toda a amostra da pesquisa.

Os *checklists* foram compostos de assertivas binárias, isto é, com apenas duas respostas possíveis - “Em Conformidade” e “Em Inconformidade” - visando maior facilidade de análise.

Para a assertiva “Em Conformidade” atribuiu-se o valor de 1 e para a assertiva “Em Inconformidade” atribuiu-se o valor de 0. Caso um item da lista não possa ser aplicado em alguma entidade, o mesmo deverá ser desconsiderado do cálculo. Para cada ano da análise, calculou-se a média aritmética simples da soma dos valores atribuídos para cada assertiva. Esta média foi o principal instrumento para a análise dos resultados da pesquisa.

Aqui, entenderam-se como “Em Conformidade” os itens dos *checklists* que foram localizados nas notas explicativas de forma idêntica, similar ou análoga.

As recomendações e aspectos do CPC 29 escolhidos como itens para compor os *checklists* são apontadas a seguir no Quadro 2.

Os *checklists* podem ser divididos em três blocos, que podem facilitar a análise. Estes são apresentados abaixo no Quadro 3, no Quadro 4 e no Quadro 5.

Os itens do primeiro bloco são aplicáveis, necessariamente, a todas as companhias que possuem ativos biológicos (Quadro 3).

Os itens do segundo bloco se aplicam apenas às companhias da amostra que possuem ativos biológicos cujo valor justo não possa ser mensurado de forma confiável (Quadro 4).

O terceiro bloco de itens se aplica somente às companhias da amostra que possuem subvenção governamental (Quadro 5).

Quadro 2: Itens de divulgação do CPC 29 analisados nos relatórios das empresas

Item 40	Divulgou ganho ou perda do período corrente em relação ao valor inicial do ativo biológico e do produto agrícola, e também decorrentes da mudança no valor justo, menos a despesa de venda dos ativos biológicos?
Item 41 e 42	A entidade forneceu uma descrição de cada grupo de ativos biológicos (dissertativa ou quantitativa)?
Item 43	A entidade forneceu uma descrição da quantidade de cada grupo de ativos biológicos, distinguindo entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos?
Item 46	Foram divulgadas nas demonstrações contábeis:
Item 46 - a	A natureza das atividades envolvendo cada grupo de ativos biológicos?
Item 46 - b	Mensurações ou estimativas não financeiras de quantidades físicas de cada grupo de ativos biológicos no final do período e/ ou da produção agrícola durante o período?
Item 49	A entidade divulgou:
Item 49 - a	A existência e o total de ativos biológicos cuja titularidade legal seja restrita, e o montante deles dado como garantia de exigibilidades?
Item 49 - b	O montante de compromissos relacionados com o desenvolvimento ou aquisição de ativos biológicos?
Item 49 - c	As estratégias de administração de riscos financeiros relacionadas com a atividade agrícola?
Item 50	A entidade apresentou a conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente?
	Caso o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável
Item 54	Caso a entidade tenha mensurado seu custo menos depreciação e perda no valor recuperável acumulada, no final do período divulgou:
Item 54 - a	Uma descrição dos ativos biológicos?

Item 54 - b	Uma explicação da razão pela qual o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável?
Item 54 - c	Uma faixa de estimativas dentro da qual existe alta probabilidade de se encontrar o valor justo (se possível)?
Item 54 - d	O método de depreciação utilizado?
Item 54 - e	A vida útil ou a taxa de depreciação utilizada?
Item 54 - f	O total bruto e a depreciação acumulada (adicionada da perda por irreversibilidade acumulada) no início e no final do período?
Item 55	Caso a entidade tenha apresentado a conciliação contábil do item 50, adicionalmente apresentou as perdas irreversíveis, reversão de perdas no valor recuperável e as depreciações do período?
Item 56	Caso o valor justo dos ativos biológicos, previamente mensurados ao custo, menos qualquer depreciação e perda no valor recuperável acumulada se tornar mensurável de forma confiável durante o período corrente, a entidade divulgou uma descrição dos ativos biológicos, uma explicação da razão pela qual a mensuração do valor justo se tornou mensurável de forma confiável, e o efeito da mudança?
Caso a empresa tenha subvenção governamental	
Item 57-a	A entidade divulgou a natureza e a extensão das subvenções governamentais reconhecidas nas demonstrações contábeis?
Item 57-b	A entidade divulgou condições não atendidas e outras contingências associadas à subvenção governamental?
Item 57 -c	A entidade informou as reduções significativas esperadas no nível de subvenções governamentais?

Fonte: Adaptado de SCHERCH *et al.*, 2013 *apud* Macedo, V. M. *et al.*, 2015 e CPC (2009)

Quadro 3: Primeiro Bloco de Itens

Item 40	Divulgou ganho ou perda do período corrente em relação ao valor inicial do ativo biológico e do produto agrícola, e também decorrentes da mudança no valor justo, menos a despesa de venda dos ativos biológicos?
Item 41 e 42	A entidade forneceu uma descrição de cada grupo de ativos biológicos (dissertativa ou quantitativa)?
Item 43	A entidade forneceu uma descrição da quantidade de cada grupo de ativos biológicos, distinguindo entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos?
Item 46	Foram divulgadas nas demonstrações contábeis:
Item 46 - a	A natureza das atividades envolvendo cada grupo de ativos biológicos?
Item 46 - b	Mensurações ou estimativas não financeiras de quantidades físicas de cada grupo de ativos biológicos no final do período e/ ou da produção agrícola durante o período?
Item 49	A entidade divulgou:
Item 49 - a	A existência e o total de ativos biológicos cuja titularidade legal seja restrita, e o montante deles dado como garantia de exigibilidades?
Item 49 - b	O montante de compromissos relacionados com o desenvolvimento ou aquisição de ativos biológicos?
Item 49 - c	As estratégias de administração de riscos financeiros relacionadas com a atividade agrícola?
Item 50	A entidade apresentou a conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente?

Quadro 4: Segundo Bloco de Itens

Caso o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável	
Item 54	Caso a entidade tenha mensurado seu custo menos depreciação e perda no valor recuperável acumulada, no final do período divulgou:
Item 54 - a	Uma descrição dos ativos biológicos?
Item 54 - b	Uma explicação da razão pela qual o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável?
Item 54 - c	Uma faixa de estimativas dentro da qual existe alta probabilidade de se encontrar o valor justo (se possível)?
Item 54 - d	O método de depreciação utilizado?
Item 54 - e	A vida útil ou a taxa de depreciação utilizada?
Item 54 - f	O total bruto e a depreciação acumulada (adicionada da perda por irrecuperabilidade acumulada) no início e no final do período?
Item 55	Caso a entidade tenha apresentado a conciliação contábil do item 50, adicionalmente apresentou as perdas irre recuperáveis, reversão de perdas no valor recuperável e as depreciações do período?
Item 56	Caso o valor justo dos ativos biológicos, previamente mensurados ao custo, menos qualquer depreciação e perda no valor recuperável acumulada se tornar mensurável de forma confiável durante o período corrente, a entidade divulgou uma descrição dos ativos biológicos, uma explicação da razão pela qual a mensuração do valor justo se tornou mensurável de forma confiável, e o efeito da mudança?

Quadro 5: Terceiro Bloco de Itens

Caso a empresa tenha subvenção governamental	
Item 57-a	A entidade divulgou a natureza e a extensão das subvenções governamentais reconhecidas nas demonstrações contábeis?
Item 57-b	A entidade divulgou condições não atendidas e outras contingências associadas à subvenção governamental?
Item 57 -c	A entidade informou as reduções significativas esperadas no nível de subvenções governamentais?

3.4 METODOLOGIA ESTATÍSTICA

Neste estudo, os resultados foram obtidos por meio de procedimentos que se limitaram à estatística descritiva.

A estatística descritiva organiza e descreve os dados por meio de tabelas, gráficos e medidas descritivas. Seu objetivo é “sintetizar uma série de valores de mesma natureza,

permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores”. (GUEDES, A. T. *et al.*, 2008, p.1).

A estatística descritiva se difere da estatística inferencial, pois “compreende o manejo dos dados para resumi-los ou descrevê-los, sem ir além, isto é, sem procurar inferir qualquer coisa que ultrapasse os próprios dados” (FREUND, SIMON, 2000 *apud* DIEHL, C. A. *et al.*, 2007, p.3), ou seja, a partir do momento em que inferências e generalizações passam a ser feitas com base nesses dados, entra-se no campo da estatística inferencial.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A aplicação dos *checklists* recolheu as seguintes informações, indicadas a seguir no Quadro 6.

Quadro 6: Análise Geral de Resultados

Empresa	Itens aplicados em 2013	Itens em conformidade em 2013	(%) Conformidade empresas em 2013	Itens aplicados em 2016	Itens em conformidade em 2016	(%) Conformidade empresas em 2016
Biosev	12	7	58,33%	12	7	58,33%
Brasilagro	9	4	44,44%	9	7	77,78%
SLC Agrícola	12	11	91,67%	12	7	58,33%
V-Agro (Terra Santa)	9	7	77,78%	9	5	55,56%
BRF SA	12	10	83,33%	12	11	91,67%
JBS	16	14	87,50%	16	14	87,50%
Marfrig	17	11	64,71%	17	13	76,47%

Minerva	9	8	88,89%	9	5	55,56%
Sao Martinho	9	8	88,89%	9	8	88,89%
Tereos	9	7	77,78%	A Companhia se tornou uma S.A. fechada		
Wlm Ind Com	9	5	55,56%	9	8	88,89%
Celul Irani	9	6	66,67%	9	7	77,78%
Eucatex	9	6	66,67%	9	5	55,56%
Fibria	9	8	88,89%	9	9	100,00%
Klabin S/A	9	7	77,78%	9	7	77,78%
Suzano Papel	9	9	100,00%	9	9	100,00%
Itausa	9	5	55,56%	9	8	88,89%
Trevisa	9	7	77,78%	9	7	77,78%
Ferbasa	9	6	66,67%	9	8	88,89%
TOTAL	195	146	74,87%	186	145	77,96%

A primeira informação observada é a de que os resultados indicam que o nível médio de conformidade das demonstrações financeiras das empresas da amostra aumentou de 74,87% para 77,96% entre 2013 e 2016. Na análise de 2016, o desvio padrão encontrado foi de 15,35% e a mediana foi 77,78%. Pode-se agora, portanto, analisar de forma mais profunda esses números e seu significado.

É importante observar que o número de elementos da amostra diminuiu de 2013 para 2016, pois a empresa Tereos fechou seu capital por meio de uma operação de grupamento de ações.

O número de itens dos *checklists* aplicáveis às demais empresas da amostra permaneceu inalterado.

Os maiores índices de conformidade em 2016 foram alcançados pelas empresas Fibria e Suzano Papel, ambas empatadas com um índice de 100% (com nove de nove itens recomendados pelo CPC 29 sendo divulgados).

Os menores índices de 2016, por sua vez, foram alcançados pelas empresas Eucatex, V-Agro (Terra Santa) e Minerva, que ficaram empatadas com um índice de 55,56% (cinco de nove itens foram divulgados).

Os itens mais divulgados foram 40, 41 e 42, 46 – a, 49 – c e 50, com todos estes sendo divulgados por todas as empresas da amostra. Já o item menos divulgado foi o 49 – b, divulgado apenas por BRF, Fibria e Suzano.

4.1 ANÁLISE POR BLOCOS

Cada um dos blocos dos *checklists* também foi individualmente analisado. Tais análises chegaram aos seguintes resultados, apontados no Quadro 7, no Quadro 8 e no Quadro 9.

Conforme os dados apontados pelo Quadro 7, pode-se observar que o primeiro bloco, integralmente aplicado a todas as companhias da amostra, podemos perceber que o nível médio de conformidade aumentou de 74,27% (127 de 171 itens em conformidade) para 77,78% (126 de 162 itens em conformidade). Na análise de 2016, o desvio padrão encontrado foi de 16,17% e a mediana foi 77,78 (mesmo valor que a média).

Tanto os dados de 2013 quanto os de 2016 indicam que o nível de conformidade das companhias com o primeiro bloco (74,27% em 2013 e 77,78% em 2016) mostrou-se praticamente idêntico ao nível apontado pela análise geral (74,87% em 2013 e 77,96% em 2016), estando ligeiramente abaixo em ambos os casos.

As companhias em maior conformidade com o primeiro bloco na análise de 2016 foram Suzano Papel, Fibria e BRF, todas empatadas com um índice de 100% de conformidade (nove de nove itens divulgados).

Os menores índices, por sua vez, ficaram com as companhias SLC Agrícola, V-Agro (Terra Santa), Marfrig, Minerva e Eucatex, todas empatadas com o índice de 55,56% de conformidade (cinco de nove itens divulgados).

Quadro 7: Análise do Primeiro Bloco

Empresa	Itens aplicados em 2013	Itens em conformidade em 2013	(%) Conformidade empresas em 2013	Itens aplicados em 2016	Itens em conformidade em 2016	(%) Conformidade empresas em 2016
Biosev	9	7	77,78%	9	7	77,78%
Brasilagro	9	4	44,44%	9	7	77,78%
SLC Agrícola	9	8	88,89%	9	5	55,56%
V-Agro (Terra Santa)	9	7	77,78%	9	5	55,56%
BRF SA	9	9	100,00%	9	9	100,00%
JBS	9	7	77,78%	9	7	77,78%
Marfrig	9	3	33,33%	9	5	55,56%
Minerva	9	8	88,89%	9	5	55,56%
Sao Martinho	9	8	88,89%	9	8	88,89%

Tereos	9	7	77,78%	A Companhia se tornou uma S.A. fechada		
Wlm Ind Com	9	5	55,56%	9	8	88,89%
Celul Irani	9	6	66,67%	9	7	77,78%
Eucatex	9	6	66,67%	9	5	55,56%
Fibria	9	8	88,89%	9	9	100,00%
Klabin S/A	9	7	77,78%	9	7	77,78%
Suzano Papel	9	9	100,00%	9	9	100,00%
Itausa	9	5	55,56%	9	8	88,89%
Trevisa	9	7	77,78%	9	7	77,78%
Ferbasa	9	6	66,67%	9	8	88,89%
TOTAL	171	127	74,27%	162	126	77,78%

Os dados apontados pelo Quadro 8 revelam que o segundo bloco foi aplicado apenas às companhias JBS e Mafrig. Ambas divulgaram todos os itens aplicáveis desse bloco nos dois anos. O item 56 não se aplica à JBS, o que explica a diferença no número de itens aplicáveis.

Quadro 8: Análise do Segundo Bloco

Empresa	Itens aplicados em 2013	Itens em conformidade em 2013	(%) Conformidade empresas em 2013	Itens aplicados em 2016	Itens em conformidade em 2016	(%) Conformidade empresas em 2016
JBS	7	7	100,00%	7	7	100,00%
Marfrig	8	8	100,00%	8	8	100,00%
TOTAL	15	15	100,00%	15	15	100,00%

Quadro 9: Análise do Terceiro Bloco

Empresa	Itens aplicados em 2013	Itens em conformidade em 2013	(%) Conformidade empresas em 2013	Itens aplicados em 2016	Itens em conformidade em 2016	(%) Conformidade empresas em 2016
Biosev	3	0	0,00%	3	0	0,00%
SLC Agrícola	3	2	66,67%	3	2	66,67%
BRF SA	3	2	66,67%	3	2	66,67%
TOTAL	9	4	44,44%	9	4	44,44%

Ao analisar o terceiro bloco, percebe-se que os índices de conformidade permaneceram inalterados entre 2013 e 2016. Este bloco possui os piores índices da análise.

A companhia Biosev não divulgou nenhum dos itens aplicáveis desse bloco em nenhum dos anos analisados. Nenhuma companhia divulgou o item 57 – c.

4.2 ANÁLISE POR SETORES

Na amostra da pesquisa, algumas companhias pertencem aos mesmos setores. Três deles (agropecuária e pesca, alimentos e bebidas e madeira e papel) possuem informação o bastante para análises próprias. A seguir, são apresentados os resultados referentes a esses setores no Quadro 10, no Quadro 11 e no Quadro 12.

Quadro 10: Análise do Setor de Agropecuária e Pesca

Empresa	Itens aplicados em 2013	Itens em conformidade em 2013	(%) Conformidade empresas em 2013	Itens aplicados em 2016	Itens em conformidade em 2016	(%) Conformidade empresas em 2016
Biosev	12	7	58,33%	12	7	58,33%
Brasilagro	9	4	44,44%	9	7	77,78%
SLC Agrícola	12	11	91,67%	12	7	58,33%
V-Agro (Terra Santa)	9	7	77,78%	9	5	55,56%
TOTAL	42	29	69,05%	42	26	61,90%

A análise dos resultados do Setor de Agropecuária e Pesca revela uma redução de 69,05% para 61,90% do nível de conformidade (de 29 de 42 para 26 de 42 itens divulgados). Na análise de 2016, o desvio padrão encontrado foi de 10,27% e a mediana foi 58,33%.

Tanto os dados de 2013 quanto os de 2016 revelam que os índices de conformidade das companhias do setor de Agropecuária e Pesca (69,05% em 2013 e 61,90% em 2016) são piores que os índices apontados pela análise geral (74,87% em 2013 e 77,96% em 2016).

A companhia com o melhor índice de divulgação do setor em 2016 foi a Brasilagro, com um índice de 77,78% de conformidade (sete de nove itens divulgados).

O pior índice de 2016, por sua vez, ficou com a V-Agro (Terra Santa), com 55,56% de conformidade (cinco de nove itens divulgados).

Quadro 11: Análise do Setor de Alimentos e Bebidas

Empresa	Itens aplicados em 2013	Itens em conformidade em 2013	(%) Conformidade empresas em 2013	Itens aplicados em 2016	Itens em conformidade em 2016	(%) Conformidade empresas em 2016
BRF SA	12	10	83,33%	12	11	91,67%
JBS	16	14	87,50%	16	14	87,50%
Marfrig	17	11	64,71%	17	13	76,47%
Minerva	9	8	88,89%	9	5	55,56%
Sao Martinho	9	8	88,89%	9	8	88,89%
Tereos	9	7	77,78%	A Companhia se tornou uma S.A. fechada		
TOTAL	72	58	80,56%	63	51	80,95%

A análise do Setor de Alimentos e Bebidas revela que o índice de conformidade do setor em 2016 se manteve praticamente idêntico ao de 2013, contando apenas com um ligeiro aumento de 80,56% para 80,95% do índice de conformidade (de 58 de 72 para 51 de 63 itens divulgados). Na análise de 2016, o desvio padrão encontrado foi de 14,84% e a mediana foi 87,50%.

Tanto os dados de 2013 quanto os de 2016 revelam que os índices de conformidade das companhias do Setor de Alimentos e Bebidas (80,56% em 2013 e 80,95% em 2016) são melhores que os índices apontados pela análise geral (74,87% em 2013 e 77,96% em 2016).

É válido ressaltar novamente que a Tereos tornou-se uma sociedade de capital fechado por meio de uma operação de grupamento de ações e que, em virtude disso, não foi mais considerada na análise.

A companhia com o melhor índice de divulgação do setor em 2016 foi a BRF, com um índice de 91,67% de conformidade (11 de 12 itens divulgados).

O pior índice, por sua vez, ficou com a Minerva, com 55,56% de conformidade (cinco de nove itens divulgados).

Quadro 12: Análise do Setor de Madeira e Papel

Empresa	Itens aplicados em 2013	Itens em conformidade em 2013	(%) Conformidade empresas em 2013	Itens aplicados em 2016	Itens em conformidade em 2016	(%) Conformidade empresas em 2016
Celul Irani	9	6	66,67%	9	7	77,78%
Eucatex	9	6	66,67%	9	5	55,56%
Fibria	9	8	88,89%	9	9	100,00%
Klabin S/A	9	7	77,78%	9	7	77,78%
Suzano Papel	9	9	100,00%	9	9	100,00%
TOTAL	45	36	80,00%	45	37	82,22%

A análise do Setor de Madeira e Papel revelou um aumento de 80,00% para 82,22% do índice de conformidade (de 36 de 45 para 37 de 45 itens divulgados). Na análise de 2016, o desvio padrão encontrado foi de 18,59% e a mediana foi 77,78%.

Tanto os dados de 2013 quanto os de 2016 revelam que os índices de conformidade das companhias do Setor de Madeira e Papel (80,00% em 2013 e 82,22% em 2016) são melhores que os índices apontados pela análise geral (74,87% em 2013 e 77,96% em 2016). Esse setor é o que atingiu os melhores índices de conformidade.

As companhias com os melhores índices de divulgação do setor em 2016 foram a Suzano Papel e a Fibria, ambas com um índice de 100% de conformidade (nove de nove itens divulgados).

O pior índice, por sua vez, ficou com a Eucatex, com 55,56% de conformidade (cinco de nove itens divulgados).

5 CONCLUSÃO

Nos últimos anos, as tendências internacionais de convergência das normas contábeis trouxeram para o cenário da Contabilidade as recomendações do IASB, culminando na criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, órgão nacional que visa uniformizar as demonstrações contábeis das empresas nacionais, orientando-as e direcionando-as neste sentido por meio de suas recomendações.

As entidades que desejam entregar aos seus *stakeholders* informações contábeis úteis, relevantes e comparáveis devem procurar se adequar a estes novos modelos.

Esse estudo comparou as demonstrações contábeis de empresas de capital aberto que declararam possuir ativos biológicos e analisou o nível de conformidade desses documentos com as recomendações do CPC 29, comparando seus resultados entre 2013 e 2016.

A pesquisa concluiu que o nível de conformidade geral dessas demonstrações se elevou de, aproximadamente, 75% para 78% de 2013 para 2016. Esse número parece indicar que tais entidades estão mais atentas e interessadas em alinhar suas demonstrações contábeis às recomendações do CPC 29.

Na análise de conformidade por setores, percebeu-se que o nível médio de conformidade das demonstrações das empresas dos setores de alimentos e bebidas e de madeira e papel está acima da média geral e que este nível melhorou de 2013 para 2016. As demonstrações das companhias de agropecuária e pesca, contudo, tiveram um desempenho

abaixo da média geral e observou-se que o seu nível de conformidade piorou de 2013 para 2016.

Sugere-se como proposta de pesquisa futura que se busque analisar o nível de conformidade das demonstrações contábeis de companhias abertas com outros pronunciamentos do CPC, bem como a atualização dessa pesquisa e sua comparação com divulgações de outros anos.

REFRÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF - Seção 1 – Suplemento – 15 dez. 1976, p. 1. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm> Acesso em 22.04.2018.

BRASIL. Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2017, **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF - Seção 1 - Edição Extra – 28 dez. 2007, p. 2. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm> Acesso em 22.04.2018.

BRASIL. Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF - Seção 1 - 27 mai. 2009, p. 3. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm> Acesso em 22.04.2018.

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. Disponível em <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br>> Acesso em 22.04.2018.

CPC. Disponível em <<http://www.cpc.org.br/CPC>> Acesso em 22.04.2018.

CPC 07. Disponível em <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/167_CPC_07_R1_rev%2012.pdf> Acesso em 22.04.2018.

CPC 29. Disponível em <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/324_CPC_29_rev%2008.pdf> Acesso em 22.04.2018.

CPC 46. Disponível em <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/395_CPC_46_rev%2012.pdf> Acesso em 22.04.2018.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/>> Acesso em 22.04.2018.

FIGUEIRA, L. M.; Ribeiro, M. S. Análise da Evidenciação sobre A Mensuração de Ativos Biológicos: Antes e Depois do CPC 29. **RCC**. Florianópolis, v. 12, n. 26, p. 73-98, mai/ago 2015.

MACEDO, V. M. *et al.* Ativos Biológicos nas Companhias Abertas no Brasil: Conformidade Com o CPC 29 e Associação com Características Empresariais. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, set/dez 2015.

MARTINS, V. G. *et al.* Adoção Do Valor Justo Para Os Ativos Biológicos: Análise De Sua Relevância Em Empresas Brasileiras. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 9, n. 4, p. 110-127, out./dez., 2013.

SILVA, R. L. M. *et al.* CPC 29: Uma Análise dos Requisitos de Divulgação entre Empresa de Capital Aberto e Fechado do Setor de Agronegócios. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan/abr 2013.

SILVA, R. L. M. *et al.* **Gerenciamento de Resultados e Valorização dos Ativos Biológicos**. Vitória, v. 12, n. 4, Art. 1, p. 1 - 27, jul.-ago. 2015.

WANDERLEY, C. A. N. *et al.* Tratamento Contábil de Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas: Uma Análise das Principais Empresas do Agronegócio Brasileiro. **Pensar Contábil**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 53-62, jan/abr 2012.